



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

CLAUDIA ALEXSANDRA DA SILVA

**ASPECTOS DO COLORISMO NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DE UMA
EDUCAÇÃO INTERSECCIONAL NA FORMAÇÃO DE MENINAS NEGRAS**

RECIFE

2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

CLAUDIA ALEXSANDRA DA SILVA

**ASPECTOS DO COLORISMO NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DE UMA
EDUCAÇÃO INTERSECCIONAL NA FORMAÇÃO DE MENINAS NEGRAS**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção da aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Carreiro

RECIFE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Claudia Alexsandra da .

Aspectos do colorismo no Brasil: a importância de uma educação interseccional na formação de meninas negras / Claudia Alexsandra da Silva. - Recife, 2025.

28 p.

Orientador(a): Gabriela da Nóbrega Carreiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, , 2025.

Inclui referências.

1. Racismo. 2. Colorismo. 3. Interseccionalidade. 4. Educação. I. Carreiro, Gabriela da Nóbrega. (Orientação). II. Título.

100 CDD (22.ed.)

CLAUDIA ALEXSANDRA DA SILVA

**ASPECTOS DO COLORISMO NO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DE UMA
EDUCAÇÃO INTERSECCIONAL NA FORMAÇÃO DE MENINAS NEGRAS**

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de
Licenciatura em Filosofia da Universidade
Federal de Pernambuco como requisito parcial
para obtenção da aprovação na disciplina
Trabalho de Conclusão de Curso II

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Carreiro

Aprovada em 28/03/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Gabriela Carreiro (orientadora)

Prof^o Érico Andrade (Examinador interno)

À minha mãe que descobriu junto comigo o valor da educação e trabalhou de sol a sol para que eu pudesse estudar.

RESUMO: O racismo é um fenômeno social que afeta pessoas não-brancas, isto é, que não se adequem aos padrões hegemônicos de uma sociedade colonial. No Brasil, país latino-americano e miscigenado em decorrência da colonização, as dimensões do racismo ainda são avassaladoras e afetam sobretudo os dois dos três maiores grupos étnicos que compõem a população brasileira: negros e indígenas. Desse modo, o objetivo deste trabalho é compreender como a interseccionalidade, enquanto lente analítica e concepção educacional, contribui na formação de meninas negras, ajudando no processo de reconhecimento da negritude e eliminando os resquícios do racismo estrutural. E, também analisar como as noções de parditude afetam a socialização e a formação da população negra e indígena, em especial os negros de pele clara, levando em conta os aspectos coloristas do racismo colonial.

PALAVRAS-CHAVES: Colorismo; interseccionalidade; educação.

Abstract: Racism is a social phenomenon that affects non-white people, that is, those who do not conform to the hegemonic standards of a colonial society. In Brazil, a Latin American and mixed-race country due to colonization, the dimensions of racism are still overwhelming and primarily affect two of the three largest ethnic groups that make up the Brazilian population: Black and Indigenous people. Thus, the objective of this work is to understand how intersectionality, as an analytical lens and educational conception, contributes to the education of Black girls, helping in the process of recognizing themselves as black and eliminating the remnants of structural racism. Additionally, it aims to analyze how notions of "parditude" affect the socialization and formation of the black and indigenous population, especially light-skinned black individuals, taking into account the colorist aspects of colonial racism.

KEYWORDS: Colorism; intersectionality; education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A QUESTÃO NACIONAL DO RACISMO.....	10
3 ASPECTOS DO COLORISMO NO BRASIL.....	14
4 O NÃO-LUGAR DA MULHER NEGRA.....	17
5 A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DE MENINAS NEGRAS.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25

1 INTRODUÇÃO

A interseccionalidade como uma prática de ensino pode ser uma grande aliada para a emancipação de grupos negligenciados pela sociedade, em especial no caso de meninas negras que crescem sem se reconhecerem negras porque o racismo tenta de todas as formas impelir uma negação da negritude desde muito novas. O colorismo se manifesta como resultado de um projeto sistemático da colonização para hierarquizar pessoas negras e provocar uma espécie de ressentimento dentro da própria comunidade para enfraquecê-la. No entanto, na contemporaneidade o colorismo continua sendo um problema, só que agora dentro da própria população negra. O que Alessandra Devulsky (2021), categorizou como “colorismo interno” é uma sequela tardia do colorismo ordinário, na medida em que não é necessário mais um colonizador para que negras e negros se ressentam uns pelos outros em função de uma falsa noção de privilégio que se atribui aos negros de pele clara.

Como uma mulher negra de pele clara, eu passei por vários dilemas pontuais na infância, como o momento de conflito com minha própria negritude quando fui convidada para representar minha turma no Dia da Consciência Negra da escola. Eu tenho mãe branca e pai preto, minhas famílias materna e paterna não são necessariamente homogêneas, o que sempre me provocou confusão. Quando estava com os familiares do meu pai, achava que meu tom de pele mais claro me tornava mais aceitável para as pessoas na praça de alimentação do shopping. Quando com os familiares da minha mãe, tinha muito receio de ser inferiorizada. Minha pele não parecia ser um problema porque eles não eram racistas, mas meu cabelo cacheado sem definição já era demais.

Dentro da minha composição parental de um relacionamento interracial, sou a filha mais velha, e sou também a filha com o tom de pele mais claro entre os irmãos. Tenho dois irmãos dos mesmos pais. Cada um é diferente, textura de cabelo, traços fenotípicos, tom da pele, é interessante. Quando mais nova, se tivesse que declarar minha raça em alguma ocasião na escola, eu marcava o quadrado referente à “amarela”, mesmo não sendo descendente de asiáticos. Eu não me considerava negra, era clara, mas também sabia que ninguém me via como branca, não queria passar vergonha, então marcava lá “amarela” como se fosse mais aceitável para quem fosse corrigir minha prova. Marcar a opção de “parda” nem me passava pela cabeça porque era visto como algo pejorativo.

Pessoas negras de pele clara na maioria das vezes demoram muito mais para se reconhecerem enquanto negras porque não conseguem encontrar seu lugar no mundo enquanto são constantemente lembradas de sua tonalidade de pele mais clara, ainda que não

sejam aceitas pela hegemonia branca. Mas existe uma espécie de contrato silencioso entre a branquitude, de domesticar negros de pele mais clara deixando-os circular entre eles para não serem tachados de racistas, ao mesmo tempo que repelem os negros retintos e seus fenótipos que é para não destoar demais, e é daí que nasce o ressentimento entre os pares. Mas o que os negros parecem não entender é que são marionetes nessa história toda, tanto os mais claros quanto os mais escuros, e enquanto a gente briga a branquitude toma champanhe em suas taças finas enquanto assistem de camarote o projeto do racismo dar certo.

Ainda sobre o mito do privilégio, segundo Bacelar (2020), a mulher negra de pele clara é tão vítima da hiperssexualização que advém da misoginia e racismo quanto a mulher de pele retinta. Pelo exposto, ela afirma:

Entre nós, mulheres negras, existirão mulheres que serão mais requeridas para a relação sexual que outras, por exemplo, essas, as mais claras, serão inclusive o alvo principal da exploração sexual via tráfico de mulheres e turismo sexual no Brasil. E essa preferência sexual nunca poderá ser para nós, comunidade negra, signo de privilégio (BACELAR, 2020, p.1).

Segundo registrou uma pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2021, pessoas negras são as mais afetadas pela pobreza e extrema pobreza no Brasil. De acordo com o levantamento, 18,6% dos brancos fazem parte da população de baixa renda, - que equivale a até meio salário mínimo per capita - enquanto os pretos representam 34,5% e os pardos estão em 38,4% da população considerada baixa renda.

Outra pesquisa feita pela organização *Ação Educativa* com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) em 2023, aponta que jovens mulheres negras entre 18 e 29 anos apresentam uma alarmante taxa de três vezes mais desemprego que os homens brancos, sendo que quando empregadas possuem uma renda 47% menor que a média nacional e quase três vezes menor que a de homens brancos.

Como mostram as pesquisas acima, a mulher racializada precisa se esforçar muito mais do que qualquer outra categoria e são as que mais sofrem com o alvo que têm nas costas em decorrência de dois grandes demarcadores, o lugar de mulher e o de não-branca. No entanto, a educação tem um caráter potencialmente emancipatório para pessoas categorizadas como não-brancas, pobres, mulheres, e outros grupos minoritários, sobretudo mulheres negras e pobres que precisam se esforçar duas ou três vezes mais para obter o mesmo resultado que um homem branco cishetero. É através da educação que essas pessoas podem acessar meios de libertação e autonomia, deixando de se enquadrar aos padrões de marginalização estabelecidos por uma sociedade altamente racista e misógina. Por essa razão é fundamental pensar uma educação interseccional com intercâmbio cultural para que

meninas e jovens negras possam reconhecer e valorizar sua ancestralidade desde a infância e quebrar paradigmas deixados pela colonização e pela misoginia.

As principais intelectuais negras que inspiraram este trabalho são brasileiras, mas não por acaso. A ideia da pesquisa em questão surgiu de uma inquietação pessoal, ocasionada pela compreensão de que o racismo na diáspora africana, dentro do contexto do hemisfério sul, se dá de uma forma totalmente diferente do norte global.

Numa sociedade “misturada” como o Brasil, o mito da democracia racial cria uma falsa noção de igualdade como se as conquistas fossem alcançadas pelo mérito, negando o favorecimento ou privilégios de raça e classe. É importante frisar que eu não proponho a segregação racial como estratégia contra o racismo estrutural que condiciona inclusive a população negra brasileira a reproduzir falas e comportamentos racistas. Para mim, a interseccionalidade deve ser usada enquanto lente analítica e como concepção educacional. Concordando com Pochay (2011), a interseccionalidade não se resume a um conjunto de opressões que atravessam um corpo com demarcadores sociais, como raça/etnia, gênero, classe e sexualidade. A interseccionalidade possibilita a percepção e reflexão em torno dessas problemáticas para promover avanços. Esses fatores não podem ser determinantes e paralisantes, devem ser compreendidos e utilizados de maneira a proporcionar uma melhor qualidade de vida e educação para quem precisa dessa atenção.

2 A QUESTÃO NACIONAL DO RACISMO

A questão racial no Brasil ainda caminha com dificuldades, como uma criança no processo de transição do engatinhamento para aprender a andar. Assim é o Brasil no pós-colonialismo, lentamente libertando-se do colonialismo e de um juízo racista forçadamente trazido pelos europeus e que agarrou-se à sociedade como chiclete quando prende no cabelo e é preciso cortar a mecha afetada. Não é de se surpreender que as memórias das violências sofridas pelos negros/as africanos/as, indígenas e seus descendentes ainda estejam tão vívidas na lembrança da população. Assim, do mesmo modo, a discriminação e o preconceito racial continuam igualmente presentes numa sociedade que escravizou, matou, torturou e estuprou seus ancestrais por quase 400 anos.

Pode-se dizer inclusive, sem medo de errar, que para algumas pessoas, dadas as circunstâncias da abolição da escravatura ser relativamente ainda recente, o racismo no Brasil é natural. Para outros o racismo simplesmente não existe e as oportunidades são iguais para todos. Essas pessoas sempre costumam utilizar de algum exemplo de uma pessoa negra que,

como eles mesmo dizem, “deu certo na vida”, e que “se ela conseguiu então todos conseguem”. Mas é justamente essa pessoa negra bem sucedida, que passa a perder as características negativas de negra atribuídas pela sociedade, por ter “bons modos” e estar acima da média. Nos tratam como se não fôssemos civilizados, como se precisássemos de adestramento para viver entre eles, e quando isso acontece, quando um negro fica culto o suficiente, se cai na arapuca de querer se parecer cada vez mais com as pessoas a sua volta, e é onde entra o branqueamento. Para não ser o centro das atenções, pelo menos não por causa de suas diferenças, a pessoa negra passa a tentar ser parte de um todo.

No Brasil, após anos de luta incansável pelo Movimento Negro, o racismo ter sido criminalizado foi uma conquista que deixou todos otimistas. Isso significa que como uma nação estamos mais avançados que alguns países de “primeiro mundo” no combate contra o racismo, a exemplo do país do Tio Sam, onde ainda se acredita que grupos de supremacia branca abertamente racistas estão apenas fazendo uso da liberdade de expressão.

Mas para Lélia Gonzalez (2020), há uma explicação para tudo isso. Para ela, em países de origem anglo-saxônica, germânica ou holandesa, comumente a forma de racismo que se apresenta é a do “racismo aberto”. Essa forma de racismo estabelece que negra é qualquer pessoa que tenha antepassados negros, daí que vem a famosa regra “uma gota de sangue”. Esses países estão mais preocupados em manter a ideologia de superioridade por meio da “pureza” da raça, de modo que a miscigenação é algo fora de cogitação, embora os estupros e exploração sexual da mulher negra sempre tenham ocorrido, mas eles não estão nem aí para isso. No caso das sociedades de origem latina ou luso-espanhola, a forma de racismo mais comum é a do “racismo disfarçado” ou “racismo por denegação”. Nesse contexto se sobressaem as famosas teorias de miscigenação e a democracia racial. Segundo Lélia (2020), essa forma de racismo especificamente produz mais alienação nos discriminados do que a anterior, uma vez que ao invés de criar uma barreira entre brancos, negros, indígenas e outros grupos étnicos, se cria uma falsa ideia de igualdade, de modo que a única cultura digna de ser admirada e lembrada é a europeia, e a única fé digna de ser cultuada também é a europeia. E é dessa forma que se dá a crescente onda de religiões de origem protestante, especialmente entre os afro-brasileiros. Do mesmo modo, acompanha uma crescente onda de discriminação de religiões de matriz africana.

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. (GONZALEZ, 2020, p. 131)

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravatura e, apesar da criminalização, as consequências ainda são muito expressivas. A exploração e a

marginalização de pessoas negras não findou com a abolição, pelo contrário, as formas de dominação apenas mudaram com o passar dos anos. Pessoas negras continuam sendo a maioria afetada pelo desemprego e subemprego, e conseqüentemente pela marginalização ao passo que nos negam o direito à educação e saúde de qualidade/moradia decente.

Para falar sobre negligência, não se pode deixar de falar especialmente da situação da mulher negra. Segundo Sueli Carneiro, as condições de saúde das mulheres negras apresentam uma discrepância em relação às mulheres brancas. Ela afirma:

Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde em sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde da mulher negra no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde. (CARNEIRO, 2019, p. 315)

Quando o assunto é educação, uma pesquisa do MIR (Ministério de Igualdade Racial)¹ aponta que a taxa de analfabetismo entre mulheres negras é quase o dobro maior que o percentual de analfabetismo entre mulheres brancas. São diversas as formas de discriminação e violência sofridas pelas mulheres negras durante a história. Para as mulheres negras o racismo é a ponta do iceberg, como constata Sueli Carneiro:

Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando? Fazemos parte de um contingente de mulheres originárias de uma cultura que não tem Adão. Originárias de uma cultura violada, folclorizada e marginalizada, tratada como coisa primitiva, coisa do diabo, esse também um alienígena para a nossa cultura. (CARNEIRO, 2019, p. 314)

Ao contrário dos moldes eurocêtricos, na cultura africana é muito comum que a mulher ocupe um papel de protagonismo em algumas sociedades, especialmente aquelas de configurações matrilineares², onde o homem é quem sai de casa para morar com a família da esposa. Enquanto na África as mulheres são celebradas, ainda que por causa de sua relação com a reprodução, na diáspora as mulheres negras aprendem desde muito pequenas a sentir medo constantemente. Medo de falar demais, medo de andar sozinha na rua à noite, medo de não casar e ter filhos porque são ensinadas que esse deve ser o único objetivo da mulher. Mas para além das violências de gênero às quais as mulheres brancas também estão sujeitas, as

¹ A pesquisa foi feita para o Informe MIR de monitoramento e avaliação de 2023, Edição Mulheres Negras. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/informe-edicao-mulheres-negras.pdf>

²A matrilinearidade trata-se de um modelo de sociedade por meio do qual somente a ascendência da família da mãe é levada em consideração para a escolha do nome, do status e para o caso de se fazer parte de um clã ou classe, em contrapartida às sociedades patrilineares, onde apenas a ascendência do pai é considerada.

mulheres negras são atravessadas por uma espécie de violência que a coloca em processo de negação de sua própria cultura através do racismo religioso. Ao demonizar Exu, divindade muito importante para religiões de matriz africana, a branquitude repercute no imaginário da população negra brasileira uma aversão a toda herança africana presente na cultura do país.

Há quem acredite que o diabo é uma invenção do cristianismo para controlar a população através do medo. Na tradição Iorubá, no entanto, não existe diabo. Exu é a divindade da comunicação (o mensageiro), o primeiro Orixá, é quem transita entre os dois mundos (das divindades e dos mortais), e por essa razão é muito respeitado dentro dos terreiros de Umbanda e Candomblé, mas fora dos terreiros a coisa muda um pouco de cenário. Por se tratar de um país de maior percentual de pessoas que acreditam em Deus (cristão), e levando em consideração o juízo racista deixado pelo colonialismo, o Brasil ainda é refém de uma cosmologia euro cristã monoteísta muito bem estabelecida. Mas nesse contexto como é possível que jovens negros em processo de formação cresçam valorizando sua negritude?

Segundo Fraga (2020, p. 7), o sentimento de insegurança surge ainda durante a infância, que é quando começam os processos de formação da identidade baseados na raça, e a falta de afetividade e estima afeta esse processo para pessoas negras. Para a autora, “a constituição de indivíduo pela ótica étnico-racial mostra as dificuldades às quais uma pessoa está exposta e o quanto os ambientes sociais de convívio influenciam, tanto de forma positiva quanto negativamente nessa construção.”

Para meninas negras esse processo é ainda mais complexo, dado que, não faz muito tempo, existiu uma antipatia pelos cabelos crespos e cacheados de todas as curvaturas e texturas. O cabelo que é uma característica de pessoas negras e seus descendentes já foi sinônimo de falta de higiene e cuidado, o que acabou fazendo com que por muito tempo a população de cabelo crespo e cacheado sentisse vergonha e tivesse que alisar seus cabelos. Novamente a mulher negra foi a maior afetada nessa conjuntura, tendo em vista que na nossa sociedade há um consenso estereotipado sobre o cabelo ser um dos atributos que mais influencia a autoestima da mulher. Músicas de título “Nega do cabelo duro” por exemplo eram muito comuns e tratadas com humor há menos de 10 anos atrás. Não é difícil meninas negras virarem motivo de chacota por causa de seus fenótipos. Muitas vezes vitimadas até por outros meninos negros, provavelmente tentando evitar ser o foco dos ataques. Nesse sentido, meninas negras acabam sendo o alvo mais fácil, considerando que as meninas são geralmente educadas para serem mais compreensivas e menos reativas do que os meninos. Mas esse tipo de brincadeira, por mais que seja praticada por crianças, não tem absolutamente

nada de inocente e nem muito menos pode ser tratada com humor. É no ambiente escolar que as crianças desenvolvem várias habilidades, incluindo as habilidades sociais. Num contexto de perseguição e agressões verbais (às vezes físicas também) as meninas negras não podem crescer se orgulhando de suas características, sempre pensando que existe algo de errado com elas ou que não são dignas de amor e carinho, ao contrário de meninas brancas.

3 ASPECTOS DO COLORISMO NO BRASIL

Não é novidade que o Brasil é um país miscigenado. E como todo país colonizado, vítima de um processo de apagamento histórico, existe uma grande desigualdade racial e social que separa a população. No entanto, há um fenômeno social que ocorre no Brasil com muito mais frequência do que em outros países colonizados: o colorismo.

Os Estados Unidos, alguns países do continente africano e da América Latina também sofrem com os estigmas racistas resultantes da colonização. Este primeiro por exemplo, é marcado pela segregação racial que separa a população branca e população negra estadunidense de forma declarada e palpável em todos os aspectos. No entanto, em países da América Latina como é o caso do Brasil, onde a miscigenação é muito maior e complexa, essa separação é latente e ocorre de maneira mais velada. É aí que entra o risco de se popularizar termos como “democracia racial”, difundido pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, na obra *Casa-Grande & Senzala*. O termo sugere uma condição de igualdade entre negros, indígenas e brancos no Brasil, uma vez que se a população é toda misturada, como pode haver racismo?

Em seu artigo “Negros de pele clara” (2004), a Dra. e filósofa Sueli Carneiro, fala da facilidade daqueles pertencentes à branquitude de se reconhecerem uns aos outros apesar da diversidade de nacionalidades, tons de pele, cores de cabelo e afins. Por outro lado, Sueli aponta uma resistência dos negros em geral de se reconhecerem entre si, o que representa uma fragilidade para o grupo que é hoje maioria no Brasil, visto que pretos e pardos são classificados como negros pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O primeiro censo do IBGE ocorreu em 1872, no entanto a categoria de pardo somente é oficializada no ano de 1940, embora o termo exista há muito tempo antes disso. O significado atribuído ao termo passou por algumas inconsistências ao longo dos anos. À princípio os pardos eram todos aqueles que não podiam ser categorizados como brancos, pretos ou amarelos (1940); na pesquisa seguinte (1950) não havia definição para pardo, e no ano de 1970, durante a ditadura militar, a questão racial sequer apareceu no censo. Em 1990,

pretos e pardos passam a integrar a mesma categoria de “negros”, e em 2010 com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, o movimento tomou ainda mais força, especialmente no contexto de políticas públicas, como a lei de cotas raciais que busca incluir pretos e pardos nas instituições públicas de ensino. Com pretos e pardos integrando uma só categoria, o Brasil passa a ser o país mais negro fora da África.

No Brasil, o projeto pós-colonização de embranquecimento da população afetou não somente a forma que os brancos enxergam a população negra, mas também a forma com a qual a própria comunidade negra se entende. Isso quer dizer que por muito tempo os negros no Brasil não admitiam ser negros ou chamados de negros, e isso fica evidente quando se escolhe usar o termo “moreno” para se referir à pessoas negras em vez de simplesmente “negro”, porque se atribui um significado negativo à palavra, como se chamar uma pessoa de negra fosse desumaniza-la.

O colorismo é uma ferramenta usada geralmente para indicar uma “situação de privilégio” de pessoas negras de pele clara em relação à negros retintos. No Brasil, negros de pele clara são vistos como indivíduos que se beneficiam de sua passabilidade, seja ela por um tom de pele mais claro ou pelos seus traços fenotípicos menos acentuados e/ou pela textura do cabelo. De acordo com Devulsky (2021), o colorismo aparece como um arquétipo racial e político constituído de fora para dentro, pela branquitude, para manter pessoas negras e racializadas como reféns da fiscalização de tons. No entanto, numa sociedade onde se aprende desde pequeno que negro é feio e branco é bonito, e que as culturas e religiões africanas e afrodiáspóricas são demonizadas, invisibilizando figuras de resistência contra a escravidão, crianças negras não poderiam se desenvolver valorizando sua negritude (Devulsky, 2021).

O termo colorismo surgiu nos Estados Unidos em meados de 1980, e foi definido pela poetisa afro-estadunidense Alice Walker³ como “um tratamento preferencial ou prejudicial baseado na cor da pele” (WALKER, 1982, s/p). No entanto, o colorismo foi se consolidando como projeto de uma sistemática do período colonial para enfraquecer o crescimento imanente da população negra.

Uma das estratégias de embranquecimento adotadas no período pós-escravatura foi a imigração de europeus para o Brasil com direito à posse de terras, sobretudo nas regiões sul e sudeste, onde está concentrada a maior parte da riqueza do país. A ideologia da mestiçagem

³ Alice Walker é uma feminista negra estadunidense, conhecida por cunhar o termo colorismo, especificamente em seu ensaio intitulado “If the Present Looks Like de Past, What Does the Future Look Like?” presente na obra “In Search of Our Mothers’ Gardens”

surge nesse contexto para que a população se tornasse cada vez mais clara e cada vez menos escura, e foi disseminada durante o período colonial. Os negros escravizados eram “beneficiados” em virtude de um tom de pele mais claro. Os que tinham o tom de pele mais claro recebiam algumas “regalias” gerando dessa maneira uma espécie de hierarquização e competição entre essa população, de modo que os negros retintos passaram a enxergar os negros de pele mais clara como adversários. Sobre os efeitos da miscigenação, Sueli Carneiro aponta:

Isso tem impactado particularmente os negros brasileiros, em função de tal imaginário social, que indica uma suposta aceitação social dos mais claros em relação aos mais escuros, que parece ser o fator explicativo da diversidade de expressões que pessoas negras ou seus descendentes miscigenados adotam para se definir racialmente, tais como moreno-escuro, moreno-claro, moreno-jambo, marrom-bombom, mulato, mestiço, cabloco, mameluco, cafuzo, ou seja, confusos, de tal maneira que acabam todos agregados na categoria oficial do IBGE: pardos! algo que ninguém consegue definir como raça ou cor. Talvez o termo “pardo” se preste apenas a agregar os que, por terem sua identidade étnica e racial destrocada pelo racismo, pela discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou, simplesmente, não desejam ser o que são. (CARNEIRO, 2011, p. 67)

Na obra “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil” (2011), que é um compilado de artigos publicados pela filósofa Sueli Carneiro, a autora destaca como a miscigenação racial no Brasil “vem dando suporte ao mito da democracia racial, na medida em que o intercuro sexual entre brancos, indígenas e negros seria o maior indicativo de nossa tolerância racial”. Por essa razão, tornar-se negro é uma atitude política e contracolonial, uma vez que se quebra os paradigmas impostos pela branquitude, mas para tanto é necessário perceber que

Para se tornar negra, a pessoa parda tem que compreender que o discurso do ser negro como uma unidade e identidade absoluta foi tecido pelo identitarismo branco de natureza filosófica que se autoproclamou como a única forma legítima para uma narrativa de si mesmo. (ANDRADE, 2023, p. 26).

Para compreender como surge a “negritude” é necessário pensar que a racialização de pessoas não brancas passa a ser realidade em decorrência de ideologias de hegemonia branca disseminadas pela própria branquitude, como por exemplo a “raça ariana”, que seria uma raça pura e superior, supostamente livre de qualquer tipo de racialização e/ou miscigenação. Isso quer dizer que a branquitude tem decidido quem detém o privilégio de cor e quem não. Eles decidem quem passa e quem fica à margem, uma vez que negros, indígenas e outras etnias não são pertencentes ao grupo dominante. É a partir daí que surge a armadilha do embranquecimento para que pessoas racializadas busquem alcançar, ou pelo menos se aproximar do ideal branco, sobretudo as mulheres negras que sofrem mais com a pressão estética da mulher branca como o padrão universal de beleza.

Vale destacar que a questão do embranquecimento não é, porém, uma problemática exclusiva da miscigenação entre brancos e negros. Outras etnias mundo afora sofrem as influências do colorismo, uma vez que, desde o imperialismo, a pele alva é sinônimo de beleza e nobreza. Um bom exemplo disso é a crescente onda de clareamento de pele em países asiáticos. Ou como a constante confusão entre pessoas negras e afrodescendentes, e pessoas marrons, como se consideram pessoas de pele marrom no sul asiático e no oriente médio. No contexto brasileiro, o colorismo, ou melhor, a “parditude” foi uma ferramenta elaborada pela branquitude para eliminar também quaisquer vestígios de um território que costumava ser chamado de Pindorama, antes de virar colônia, capitania e depois uma república federativa. Mas, mudar o nome que os povos ancestrais haviam dado à esta terra não foi o único ataque cometido pelos brancos europeus no projeto de apagamento histórico e de negação da tradição dos nativos. Assim também esses povos sofreram com a miscigenação forçada, a violenta tomada de terras indígenas que, assim como os negros escravizados no período pós-escravatura, foram deixados totalmente desamparados.

4 O NÃO-LUGAR DA MULHER NEGRA

O grupo de mulheres afro pindorâmicas representa o recorte mais frágil da sociedade, uma vez que o feminismo tradicional se preocupa com as necessidades da mulher branca, enquanto a luta antirracista está mais focada no homem negro (AKOTIRENE, 2019), resultando que as vivências e necessidades da mulher racializada são invisibilizadas até pelos grupos que ela compõe. A mulher afro-indígena é ainda a maior vítima de todas as formas de violência.

Durante a colonização, nos lares de brancos escravocratas, os papéis de cuidados com o lar e crianças eram frequentemente atribuídos às mulheres negras mais “dóceis” e “afáveis”, as mucamas. Essas mulheres eram encarregadas de cuidar e até mesmo de amamentar os filhos das famílias que as escravizavam. As mucamas eram frequentemente vítimas de violência sexual, e muitas acabavam engravidando de seus abusadores, gerando filhos mestiços e bastardos. Tal violência pode ser exemplificada na justificativa perversa de que ao serem violadas pelos brancos colonizadores, as mucamas ainda assim eram “beneficiadas” por poderem ter relações sexuais com seus senhores.

Mesmo depois da libertação dos negros escravizados, as mulheres negras permaneceram por algum tempo trabalhando como “amas de leite”. Até os dias atuais essas mulheres são quase sempre o único alicerce que sustenta um grupo familiar inteiro, tendo que

prestar serviços mal remunerados fora e dentro de casa, onde seu esforço para apoiar maridos e filhos, alvos de violência policial, constantemente não é reconhecido (Gonzalez, 2020).

Uma das maiores referências para pensar as condições da mulher negra e indígena e a importância da interseccionalidade no contexto brasileiro é a filósofa Lélia Gonzalez, com suas contribuições sobre o racismo e sexismo na sociedade brasileira, o lugar da mulher negra e racializada e as vigorosas críticas à democracia racial como uma ideologia. Isso porque Lélia foi a décima-sétima filha de uma família de 18 irmãos, mas, principalmente porque era filha de um pai negro e mãe indígena, mas pouco se fala sobre o assunto.

O termo “interseccionalidade” surge em 1989, cunhado pela advogada, ativista de direitos humanos e estudiosa da teoria crítica racial afro-estadunidense, Kimberlé Crenshaw, como forma de investigação das diferentes formas de opressão que uma pessoa pode sofrer dado o seu contexto sociológico, econômico, étnico, de gênero, etc. Posteriormente, em seu livro “Mulheres, raça e classe”, a filósofa, também afro-estadunidense, Angela Davis, fala sobre a necessidade de, como já sugere o título do livro, uma intersecção entre gênero, raça e classe. Segundo Davis (2016), o patriarcado e o capitalismo são ferramentas de manutenção do racismo e outras formas de discriminação.

A filósofa e ativista pelo Movimento Negro Unificado (MNU), Lélia Gonzalez foi uma das principais responsáveis por trabalhar as primeiras implicações interseccionais sobre mulher negra no Brasil. Ela assistiu ao surgimento dos Panteras Negras e outros movimentos antirracistas e da luta de classes nos Estados Unidos, enquanto o Brasil parecia estagnado, envolto no mito da democracia racial. Provavelmente ela já se questionava quando as revoltas teriam início no Brasil também, e por causa dessa inquietação, ela não mediu esforços no campo político e teórico durante a ditadura militar, com uma lista imensa de acusações de insubordinação, juntamente com outros militantes negros. Lélia tinha um papel muito simbólico na luta: ela era uma mulher negra consciente das implicações que seu papel na luta tinham, ainda mais sendo uma combatente da hegemonia branca da burguesia brasileira, haja vista que o Brasil é um país imerso em relações de desigualdade e dominação baseados no sexismo e racismo de uma sociedade sistematicamente racista.

No capítulo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, da obra *Por um feminismo afro-latino americano*, Lélia trabalha com a hipótese de que o racismo se trata de uma espécie de ressentimento, ou como ela menciona a *neurose cultural brasileira*, que segundo a filósofa, seguindo uma linha de raciocínio psicanalítica, se dá porque a mulher branca gera o filho do homem branco, mas é a mulher preta quem faz o papel de mãe. Ela observa:

Exatamente essa figura para a qual se dá uma colher de chá quem vai dar uma rasteira na raça dominante. É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel) acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala português.

Apoiada pela complexidade do desejo que Freud dedicou toda sua vida a estudar, Lélia mostra uma nova perspectiva sobre o racismo, na qual a mulher negra (mucama) aparece como figura central porque a criança que anteriormente chamava a preta de mãe, agora é um adulto que criou uma repulsa pela figura do negro, mas é ainda a figura da mulher preta por quem nutre um desejo oculto e com a qual mantém relações sexuais, na maioria das vezes forçadas. Desse modo, segundo Lélia, mulheres brancas passam a enxergar as mulheres negras como concorrentes pela atenção do homem branco.

Lélia também foi muito importante para pensar as desigualdades entre mulheres brancas e mulheres negras visíveis nas divisões de cargos de relação com o público, majoritariamente ocupados por mulheres brancas de classe média devido à “boa aparência”. Inclusive cargos de nível médio que não exigiam qualificação de ensino superior na época, como enfermeiras, professoras, vendedoras, etc. Já as mulheres negras estavam quase sempre alocadas em trabalhos informais e manuais, como operárias e serviços de limpeza e cuidado no geral. Por outro lado, em trabalhos que exigiam nível superior como empresárias e médicas, quase não se viam mulheres negras.

Pode-se dizer que Lélia inaugurou uma forma de pensar a identidade negra, em especial a identidade da mulher amefricana⁴, com tudo que o termo representa. A mulher amefricana tem particularidades que não são as mesmas de uma mulher negra nascida na América do Norte ou em qualquer outro lugar do mundo. Lélia sabia, porque convivia com as marcas da exploração e violência que a mulher amefricana enfrenta diariamente. Os desafios diários de mulheres negras que, assim como ela, teimam em fugir das estatísticas que as colocam em lugares de subserviência e por isso precisam se esforçar três vezes mais. São as mulheres negras que, embora conseguindo acessar dispositivos de autonomia intelectual e social, ainda assim são o tempo todo testadas; como por exemplo quando alcançam algum nível de relevância na academia, esse espaço social que ainda é majoritariamente dominado por homens brancos.

⁴ A amefricanidade se trata de uma categoria político-cultural em contraposição aos estadunidenses que se autodenominam como os únicos americanos legítimos. Lélia evidencia uma forte influência africana e indígena na cultura da América Latina e aponta a importância de reivindicar a construção de uma identidade étnica para designar pessoas em diáspora nesse contexto.

5 A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NA FORMAÇÃO DE MENINAS NEGRAS

Algumas das várias formas de violência praticadas pelos brancos contra os negros escravizados e nativos durante o período colonial foi a alfabetização e catequização forçadas como alternativa higienista de dissolução de quaisquer traços de culturas dos povos explorados e melhor difusão da cultura eurocêntrica, com o objetivo não apenas de torná-la superior, mas única. A educação foi um dos campos mais afetados, uma vez que os povos furtados de sua realidade e seu contexto precisavam se readaptar à nova realidade.

Em algumas culturas a leitura e a escrita não são tão úteis quanto no cenário urbano e acadêmico, e isso deve ser respeitado, no entanto a necessidade de discutir a interseccionalidade se torna cada vez mais evidente, substancialmente à nível de educação básica onde formas de ver o mundo estão sendo moldadas. Meninas em processo de formação quase nunca vão se deparar com professores/as que apresentam mulheres teóricas, e a coisa piora quando se trata de meninas negras porque os casos se tornam ainda mais raros. O grupo de mulheres afro pindorâmicas representa o recorte mais frágil da sociedade, uma vez que o feminismo tradicional se preocupa com as necessidades da mulher branca, enquanto a luta antirracista está mais focada no homem negro (Akotirene, 2019).

No âmbito da filosofia o apagamento das mulheres que filosofam é expressivo, mas é notável que a representatividade influencia positivamente a autoestima da criança e do adolescente no contexto sociocultural.

Para Gomes (2017), o Movimento Negro é muito mais do que um espaço de interação social de intelectuais negros engajados e notavelmente considerados ativistas. O Movimento Negro é uma luta de combate ao racismo e pode estar presente nos mais diversos campos e contextos, como por exemplo no meio artístico, religioso e até em lares familiares. Admitindo que estamos vivendo numa realidade melhor do que era há 100 anos atrás, apesar de alguns retrocessos que ocorreram nos últimos anos com a onda conservadora e nazifacista que tomou proporções globais, as pessoas negras possuem mais direitos assegurados a exemplo da criminalização do racismo e da injúria racial, conquistas do Movimento Negro que lutou incansavelmente para promover mudanças significativas na nossa sociedade. Mas há que se reconhecer que ainda tem muito trabalho a ser feito, e me parece que a interseccionalidade como uma concepção educacional antirracista é o caminho para tal. Nessa perspectiva, os professores/professoras (negros/as ou não) assumem a função de mediadores/as na construção de novos conhecimentos, sendo agentes ativos nesse processo

de impulsionar a autoestima de jovens negras e negros através de uma educação preocupada em possibilitar o acesso ao letramento racial crítico⁵ e à intelectuais do Movimento Negro. No caso de meninas negras o trabalho é duplo, admitindo que já são vítimas inerentemente de dois demarcadores sociais que as programam para crescer se enxergando como protótipos defeituosos de uma sociedade racista e sexista, a ausência de pares com os quais se identificar é um dos fatores que prejudicam a fase de desenvolvimento da uma visão de mundo dessas meninas, uma vez que, como evidenciou Devulsky (2021) anteriormente, uma sociedade moldada para ser racista corrompe completamente as noções de belo, e o que não é belo é automaticamente desprezível.

A educação enquanto instrumento de emancipação de grupos marginalizados não se constitui somente por dentro dos muros de estabelecimentos de ensino, mas também se faz educação em templos religiosos, coletivos, bem como em lares familiares, visto que o ato de educar é muito mais do que ensinar a ler e escrever. A educação é, nesse sentido, não uma espécie de adestramento para que meninas negras aprendam a se comportar como a sociedade hegemônica espera que elas façam, mas como uma possibilidade de entender sua origem para que possam antes de tudo tomarem consciência de si mesmas e se reconhecerem negras. A interseccionalidade é a chave para pensarmos a identidade da mulher negra com mais avidez e não como algo que já está dado, que é fixo e não possui diferentes características. É necessário, portanto, abirmos os olhos para as feminilidades negras plurais que, assim como os brancos, se apresentam de diversas formas.

As mulheres negras foram em muitos casos, a base da educação de muitas crianças brancas e de suas próprias crianças, mas quem educa as mulheres negras? Outras mulheres negras, mães, avós, tias e toda uma linhagem de mulheres negras ancestrais.

Mas o fato é que vivemos em uma sociedade patriarcal. O racismo é um fenômeno social que afeta pessoas racializadas geralmente no âmbito social, por isso o homem negro dentro de casa é somente homem. Por outro lado, dentro do seio familiar a mulher negra é ainda uma mulher, e é nesse contexto privado onde ela sofre outras formas de violência que muitas vezes são negligenciadas. Ainda que os recursos para se livrar desse ciclo existam, não estão acessíveis para o grupo de mulheres negras. Não por acaso, as mulheres negras são as que mais sofrem com a violência física e física severa, segundo uma pesquisa com dados

⁵ O letramento racial crítico é um conjunto de práticas pedagógicas desenvolvido por Aparecida de Jesus Ferreira, Professora, Doutora e PhD pela University Of London - Inglaterra.

levantados pelo Datafolha⁶. Outra pesquisa desenvolvida pelo *Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado*⁷, aponta que as mulheres negras sofrem mais com a vulnerabilidade social, e por essa razão acabam convivendo por mais tempo com seus agressores, o que também as torna as maiores potenciais vítimas de feminicídios. Em vista disso, é necessário pensar uma educação que conscientize meninas negras para o mundo do qual elas fazem parte e das possíveis dores que elas vão enfrentar, sobretudo para que essas meninas se tornem mulheres independentes e fortalecidas, e também para que se acolham umas às outras. Sobre a importância de se fazer uma educação preocupada com as vivências de mulheres negras, Carolina Santos B. Pinho afirma:

Considerando que o pensamento negro feminista nasce da relação dialética entre teoria e prática, uma educação fundamentada nessa perspectiva não admite a sobreposição de teoria pela prática, ou vice-versa. Parte-se do pressuposto de que uma só existe em função da outra: não há prática sem teoria, nem teoria sem prática, mas sim uma relação de tensão mútua. Para as mulheres negras isso é fundamental, uma vez que sempre fomos capazes de criar teorias e, ao mesmo tempo, vivenciá-las, ao contrário da maioria das teorias críticas criadas a partir da vivência do outro. (PINHO et al, 2022, p. 27)

Na obra “Pedagogia Feminista Negra” a autora trata da necessidade de se pensar a educação a partir das vivências da mulher negra que muitas vezes acaba por ser subjulgada, ainda que seja ela o pilar principal de um grupo familiar, para não dizer à grosso modo que a mulher negra é quem sustenta o peso do mundo nas costas. Carolina defende a ideia de que a teoria e a prática são indissociáveis, considerando que toda teoria supõe uma prática anterior, no entanto a teoria aprimora a prática fazendo com que ela se desenvolva e se torne mais eficaz. “Desse modo não se pensa a teoria e prática como representação ou decalque uma da outra; teoria e prática acontecem no fluxo de um revezamento que potencializa que faz tomar fôlego, uma e outra” (OLIVEIRA et al, 2018, p. 95)

Assim como foram responsáveis pela maioria dos trabalhos de cuidado, as mulheres negras tiveram um papel notável na educação de crianças que iniciou ainda no período colonial com os filhos dos brancos e perpassou toda a história da humanidade. Depois da libertação, algumas mulheres negras continuaram trabalhando em lares de famílias brancas para proporcionar o mínimo de dignidade às suas famílias. No filme de título *Histórias Cruzadas* (The Help), que retrata histórias de várias mulheres nessas condições, Aibileen é a

⁶ A pesquisa foi feita pelo DataFolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2022.

Fonte: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-sofrem-mais-violencia-que-brancas-diz-pesquisa/>

⁷ Os números são da Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher Negra, em conjunto com o Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado, no ano de 2023.

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/22/vulnerabilidade-aumenta-risco-de-violencia-contra-mulher-negra-aponta-datasenado>

protagonista, estrelada pela atriz afro-estadunidense, Viola Davis. Ela é encarregada de fazer os serviços domésticos e cuidar dos filhos da típica família branca de elite nesse período histórico em que o filme se passa, cujo marido trabalha fora e a esposa fica em casa supervisionando a empregada e recebendo visitas de familiares e amigas para socializar. Após perder o único filho vitimado pela repressão policial que seguiu pelos anos após a abolição do sistema escravocrata e permanece sendo uma realidade até os dias atuais, sobretudo para a população negra, Aibileen começa a se dedicar a cuidar dos filhos de uma senhora branca. Mas é a filha mais velha da família, uma menina que recentemente passou pelo desfralde, que vira o foco dos cuidados dela. A menina é rejeitada pela própria mãe por não se adequar aos padrões de beleza que ela gostaria, e frustrada a mãe a esnoba. A relação entre Aibileen e Mae Mobley é um dos maiores cerne da trama, dado que é a mulher negra quem assume o papel de ensinar a menina a falar suas primeiras palavras, ainda que a gramática não esteja correta para as convenções de linguagem. Aibileen ensina a Mae Mobley uma sequência de frases de autoafirmação como uma máxima que a menina repete no decorrer do filme, como que para fixar em sua mente até acreditar em suas palavras: “*You is smart, you is kind, you is important.*” No final do filme, que por sinal é incrivelmente emocionante, a menina diz à Aibileen, que há pouco havia sido mandada embora, que ela é sua verdadeira mãe, enquanto a mãe branca de Mae Mobley, a que lhe deu à vida, assiste à cena visivelmente incomodada com aquela demonstração de carinho, mas em completo silêncio. Afinal, o que ela poderia dizer? Como ela poderia confrontar a própria filha, após permitir que aquela mulher semianalfabeta tivesse papel principal no processo de formação de caráter da menina?

Foi aquela mulher negra que nunca teve a oportunidade de estudar porque precisava trabalhar fora para sua própria subsistência, amando e educando aquela menina branca de família bem estruturada e financeiramente estável, enquanto perdia parte da vida seu filho que mais tarde viria a ser assassinado. Aibileen foi completamente desprezada pela sociedade, mas mesmo assim a personagem evidencia a importância da afetividade no processo educativo de um ser humano em formação, seja em casa, na escola ou em qualquer outro âmbito social. Quando Aibileen vai embora, Mae Mobley queria ir embora com ela e queria que ela fosse sua mãe. Com as/os professoras/professores não é diferente, eles marcam a vida de um estudante para o resto de sua vida. Existem professoras/professores que nunca esquecemos, e são esses que rompem as barreiras da impessoalidade, que não mantêm um distanciamento restrito e ensinam de maneira engessada que geralmente conseguem perfurar a bolha.

Para hooks (2017), é indispensável que professoras e professores estejam presentes na sala de aula de maneira inteira, de mente e corpo, não da maneira convencional onde elas/eles aparecem apenas como detentores/detentoras de um conhecimento que seus alunos e alunas não possuem, mas como parte integrada de uma comunidade onde os sentimentos também são levados em consideração. Para hooks, o processo de ensino-aprendizagem não pode ser somente intelectual, afinal estamos educando seres humanos dotados de emoções e que são diretamente afetados pelo contexto em que vivem. A autora também critica ainda o modelo eurocêntrico de educação, no qual a dimensão emocional e particular dos estudantes é completamente desconsiderada e costuma tratar todos como se fossem iguais, o que nós sabemos que não está nem perto da verdade, se levarmos em consideração as diferenças de raça/etnia, gênero, sexualidade e classe. À isso hooks vai chamar de pedagogia engajada: uma educação na qual os professores estão preocupados em enxergar a alma de cada um de seus alunos, em compreender suas dificuldades e também suas maiores habilidades. Muitas vezes aquele aluno que é muito barulhento é conhecido pelos seus colegas como preguiçoso ou “burro”, como quem não quer nada com a vida, mas às vezes esse aluno não consegue se concentrar numa aula de Filosofia Clássica, sobre algo que Platão falou há mais de 25 séculos porque sua barriga está roncando de fome. Ou mesmo quando esse estudante, que muitas vezes passa despercebido pelos professores porque não demonstra ter muito interesse em nenhuma das matérias escolares, é um grande atleta que ainda não foi descoberto. A autora se apoia no conceito de “educação bancária” de Paulo Freire para formular sua crítica ao sistema capitalista que trabalha arduamente contra o desenvolvimento do senso crítico em estudantes marginalizados para usá-los como massa de manobra. Ela evidencia que a “pedagogia engajada” é mais exigente que a pedagogia crítica e feminista convencional, uma vez que o profissional da educação precisa necessariamente se manter sempre atualizado. Sobre a “pedagogia engajada” hooks ressalta:

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo. (HOOKS, 1994, p. 35)

Ela evidencia que para garantir que possa cuidar bem do outro, o professor deve primeiro cuidar de si mesmo de modo a poder também proporcionar o melhor para seus/suas alunos/alunas. Nessa relação dialética e dinâmica os/as estudantes não serão os únicos beneficiados, mas que profissional da educação não se sente realizado quando vê seu/sua estudante se desenvolvendo de maneira saudável?

É possível que ensinar meninas e meninos em formação sobre sua própria cultura, eleve exponencialmente a autoestima desses jovens de modo a dar a eles mais autonomia e uma melhor qualidade de vida para a população negra no geral que é hoje maioria no Brasil, assim diminuindo a marginalização desses corpos. Eu não acredito na educação como um talento inerente. Não acho que se nasce para educar. Mas vejo a educação como uma prática comprometida em mudar o mundo e desafiar as estatísticas que insistem em empurrar a população negra cada vez mais para baixo, especialmente em países terceiro-mundistas como é o caso do nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil a miscigenação é um projeto elaborado e muito bem aplicado pela sociedade colonial para embranquecer a população e dificultar o processo de desenvolvimento da identidade das pessoas negras. Com o colorismo, não é raro que pessoas negras passem a vida inteira em conflito com sua negritude, tentando fazer parte de um ideal branco plantado no imaginário brasileiro que provoca o fenômeno do racismo. São várias as formas de apresentação da corporeidade negra, sobretudo em um país tão misturado no qual o mito da democracia racial se popularizou. Em vista disso, a interseccionalidade aparece aqui como uma estratégia de enfrentamento do racismo e sexismo que permeiam a realidade de pessoas negras no Brasil, em especial as meninas negras que sofrem com as discriminações de gênero e raça, sem mencionar a frequência com que elas aparecem nas classes mais pobres.

As meninas negras são potenciais mulheres que crescem com dois grandes demarcadores que influenciam toda sua vida desde a primeira infância quando inicia o processo de socialização. Numa sociedade patriarcal e hegemônica com fortes indícios do período colonial, essas meninas costumam sofrer um processo de embranquecimento, porque os padrões estéticos são muito mais exigentes com as mulheres, e sobretudo com a mulher negra que precisa abrir mão de sua negritude e seus fenótipos para ser reconhecida, inclusive ser considerada bonita. Na infância o racismo contra meninas negras é tão naturalizado que a maioria dos professores sequer discute o tema com os alunos e simplesmente opta por silenciar a situação, principalmente nas escolas públicas, onde a maioria está concentrada devido à vulnerabilidade social. Ao crescer acompanhadas por essa violência, as meninas negras se tornam mulheres inseguras e emocionalmente instáveis, o que pode acarretar numa

série de problemas na vida adulta por causa da falta de autoestima. Meninas negras costumam ser alvos fáceis desses ataques porque são ensinadas desde pequenas a serem dóceis e a não reagir, sempre perdendo agressões e outros tipos de violência pelo bem comum. Quando se tornam mulheres, costumam continuar perdendo agressões e traições de seus parceiros com a justificativa de manter a família unida. No entanto, a mesma paciência não é ensinada aos meninos na infância, nem de forma tangencial.

Por essa razão se faz urgente pensar caminhos para uma educação antirracista e interseccional preocupada em instruir profissionais da educação para que sejam parte ativa e engajada na transformação do sistema educacional brasileiro colocando crianças e adolescentes negros ainda em processo de formação de encontro com sua negritude e não em negação dela. Mas para que não haja espaço para brincadeiras racistas e sexistas em instituições de ensino, nossas meninas precisam de acolhimento mas também políticas públicas e institucionais para que se desenvolvam de forma afetiva, respeitando umas às outras, tendo em mente que são tão bonitas e especiais quanto suas colegas de classe independente de raça/etnia.

Além de se discutir racismo e sexismo, é importante também ensinar a história e cultura afro-brasileira, visto que a prática está prevista como obrigatória pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e não é mais opcional. Levando em consideração o potencial caráter emancipatório da educação para grupos marginalizados, ensinar sobre a história e cultura afro-brasileira pode ser um caminho para libertar o Brasil das marcas deixadas pelo colonialismo e impulsionar jovens negros a se desenvolver sentindo orgulho de sua negritude, não o contrário. Evaristo (2020), reflete sobre a importância da escrevivência para afrodescendentes:

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, com a diáspora africana. (EVARISTO, 2020, p. 30)

Assim, não há forma melhor de celebrar nossa ancestralidade que não por meio do acesso à vasta contribuição da população negra brasileira para as filosofias, ciências sociais, humanas, naturais, artes em geral, etc. Enfatizo que as mulheres negras em especial já foram ignoradas por muito tempo e já passou do tempo de reverenciar nas escolas as figuras consagradas de mulheres negras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, entre outras.

Eu tendo a acreditar que uma educação necessariamente preocupada em pensar na autoestima de meninas negras, ensinando-as a proteger-se e olhar para seus pares da mesma forma que são ensinadas a fazer com os homens, é uma educação capaz de pensar em qualquer outra identidade que não esteja tão invisibilizada quanto é a categoria de meninas e mulheres negras, fazendo com que o mundo se torne um lugar que comporte nossas diferenças e nos abrace ao invés de impelir. A mulher negra é a base da pirâmide social, e acredita-se que é uma fonte inesgotável de força porque ela tudo suporta, mas ao modificar a base da pirâmide se modifica toda a estrutura da sociedade, e talvez dessa forma meninas e mulheres negras não tenham que suportar o peso do mundo inteiro nas costas.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ANDRADE, Érico. **Negritude sem identidade**: sobre a narrativa de pessoas negras. 1ª ed. São Paulo: N1 Edições, 2023.
- BACELAR, G. O colorismo e o privilégio que ninguém te deu. **Geledés**; Instituto da Mulher Negra. São Paulo, 2020. Disponível em > https://www.geledes.org.br/o-colorismo-e-o-privilegio-que-ninguem-te-deu/?gad_source=1&gclid=EAJaIQobChMI1_2v18eQiQMvN7CBB15DRkLEAAYASAAEgJx7PD_BwE > Acesso 16 mar. 2025.
- BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Dispõe sobre diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso 16 mar. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARNEIRO, S. Negros de Pele Clara. **Geledés**; Instituto da Mulher Negra. São Paulo, 2004. Disponível em > https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/?gad_source=1&gclid=EAJaIQobChMIx9q-rtPoiAMVYIViAB0luCtUEAAYASAAEgIXO_D_BwE > Acesso em 29 de Set. de 2024.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad.: Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- DUARTE, C; NUNES, I (org). **Escrivivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- FRAGA, R. de C. M. dos S. Infância negra em contexto: invisibilizada, mas presente. *Ponto-e-Vírgula*, [S. l.], n. 28, p. 5–18, 2021. DOI: 10.23925/1982-4807.2020i28p5-18. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/51336> > Acesso em: 16 mar. 2025.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** / organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2ª ed. Trad.: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.
- OLIVEIRA, M; CARDONETTI, V; SANTOS, C; GARLET, F. Revezamentos entre teoria e prática: Movimentos que acionam outros modos de pensar o ensino da arte. In: *Revista Portuguesa de Educação*, v. 31, n. 1, 2018.
- PINHO, C; MESQUITA, T. **Pedagogia Feminista Negra: primeiras aproximações**. São Paulo: Veneta, 2022.
- QUEIROZ, Rafaela Cristina de Souza. Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. *Cadernos de gênero e tecnologia*. Curitiba, v. 12, n. 40, p. 213-229, jul./dez. 2019. Disponível em <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9475> Acesso 16 mar. 2025.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- THE Help. Direção de Tate Taylor. Produção: Chris Columbus, Michael Barnathan Michael Radcliffe. Estados Unidos: DreamWorks SKG, 2011. 1 DVD.